

_01

Fornecedores e entidades da Administração Pública ficam obrigados, por lei, a emitir, transmitir e receber faturas por via eletrónica.

Com as novas regras, o modelo de fatura eletrónica no âmbito da contratação pública será igual em toda a União Europeia.

A partir de 1 de julho de 2021_Pequenas e médias empresas

A partir de 1 de janeiro de 2022_Micro Empresas e outras entidades públicas fornecedoras.

Se, se enquadrar numa destas situações, contacte a sua empresa de assistência informática para proceder às alterações necessárias.

Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto

Procede à nona alteração ao Código dos Contratos Públicos

Diretiva 2014/55/EU, de 16 de abril

Faturação eletrónica nos contratos públicos

_02

Já se encontra disponível a plataforma que permite às empresas fazerem o registo para pagamento do apoio que as compensa pelo último aumento do salário mínimo.

As empresas terão de fazer o **registo até ao dia 9 de julho**.

Foram ainda divulgadas no site do IAPMEI as **Perguntas Frequentes** relativas à aplicação do Decreto-Lei n.º 37/2021, de 21 de maio, que criou uma medida excecional de compensação ao aumento do valor da retribuição mínima mensal garantida.

FAQ - Medidas de compensação ao salário mínimo

Informação retirada do *website* da Ordem dos Contabilistas Certificados

Decreto-Lei n.º 37/2021, de 21 de maio

Cria uma medida excecional de compensação ao aumento do valor da retribuição mínima mensal garantida

Fornecedores do setor público Obrigatoriedade de faturação eletrónica

Medida excecional de compensação ao aumento do valor da retribuição mínima mensal garantida

_01

Suppliers and Public Administration entities are now required by law to issue, transmit and receive invoices electronically.
With the new rules, the electronic invoice model in public procurement will be the same throughout the European Union.

From 1 July 2021_Small and Medium companies
From 1 January 2022_Micro companies and other public entities suppliers.

If you fall into one of these situations, contact your IT support company to make the necessary changes.

Decree-Law No. 111-B/2017, of 31 August 2017
Makes the ninth amendment to the Public Procurement Code
Directive 2014/55/EU, of 16 April
Electronic invoicing in public procurement

Public sector suppliers Mandatory electronic invoicing

_02

The platform that allows companies to register for the payment of the support that compensates them for the last increase in the minimum wage is now available.

Companies will have to register by July 9.

IAPMEI's site has also published the **Frequently Asked Questions** concerning the application of Decree-Law 37/2021, of May 21st, which created an exceptional compensation measure for the increase in the value of the minimum monthly salary guaranteed.

FAQ - Medidas de compensação ao salário mínimo

Information taken from the website of the *Ordem dos Contabilistas Certificados*

Decree-Law no. 37/2021, of 21 May
Creates an exceptional measure to compensate the increase in the value of the minimum monthly salary guaranteed

Exceptional compensation measure for the increase in the minimum monthly wage